



Eixo 12: Educação e Política Social.

Formação cidadã em pauta na Política de Assistência Estudantil

xx¹

Resumo:

Este trabalho foi construído a partir de um recorte da pesquisa de mestrado cujo tema foi “A Política de Assistência Estudantil como prática educativa de formação humana integral: uma proposta para o Instituto Federal do Espírito Santo - campus Aracruz”. No texto aqui apresentado discutimos a partir do estudo teórico e das falas de alguns (as) dos (as) estudantes que participaram da pesquisa, as concepções de cidadania, relacionando-as com a Assistência Estudantil. Nesse percurso encontramos com as possibilidades e limites dessa política social no âmbito da Educação enquanto agente educativo de formação humana.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; Cidadania; Formação humana;

Citizen training on the agenda in the Student Assistance Policy

Abstract: This work was constructed from an excerpt from the master's research whose theme was “The Student Assistance Policy as an educational practice for integral human formation: a proposal for the Federal Institute of Espírito Santo - Aracruz campus”. In the text presented here, we discuss, based on the theoretical study and the statements of some of the students who participated in the research, the concepts of citizenship, relating them to Student Assistance. Along this path, we come across the possibilities and limits of this social policy within the scope of Education as an educational agent for human formation.

Keywords: Student Assistance; Citizenship; Human formation;

1 Introdução

Na oportunidade de participação do *10º Encontro Internacional de Política Social e 17º Encontro Internacional de Política Social*, apresentamos este trabalho como uma construção que parte de um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade Projeto de Intervenção cujo tema foi: *A Política de Assistência Estudantil como prática educativa de formação humana integral: uma proposta para o Instituto Federal do Espírito Santo – campus Aracruz.*² Este estudo e pesquisa foram defendidos no ano de 2023 como requisito para a aprovação no Mestrado Profissional em Educação vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Currículo, Linguagens e Inovações Pedagógicas da Universidade Federal da Bahia. Um estudo qualitativo,

¹ xx

² O projeto de pesquisa que deu origem ao Projeto de Intervenção foi aprovado no Comitê de Ética e Disciplina do Instituto Federal do Espírito Santo de acordo com o parecer n. 5.684.150.

exploratório e analítico no âmbito das pesquisas em Educação, que teve como referência o Método Histórico Dialético.

Trazemos no trabalho aqui apresentado o foco na discussão acerca da Política de Assistência Estudantil (Pae) enquanto prática educativa de formação cidadã, conforme prevê um de seus Programas.

A Pae do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) se organiza a partir do que definiu como Programas de Apoio à Formação Discente, sendo estes divididos em dois tipos: os Programas Universais e Programas Específicos. São pautados pelo nível de abrangência dos mesmos, sendo os *Programas Universais* voltados a toda comunidade acadêmica, sem necessidade inicial de seleção do público a ser atendido e os *Programas Específicos*, em sua maioria, destinados especificamente para os (as) estudantes em situação de “vulnerabilidade social”.

Os *Programas Universais* são divididos em: Programa de Incentivo às Atividades Culturais e de Lazer, Programa de Apoio à Pessoa com Necessidade Educacional Especial, Programa de Ações Educativas e Formação para a Cidadania e Programa de Atenção Biopsicossocial.

Os *Programas Específicos* são subdivididos em: Programas Específicos de Atenção Primária (Programa Auxílio Alimentação, Programa Auxílio Didático e Uniforme, Programa Auxílio Moradia, Programa Auxílio Transporte e Programa Auxílio Financeiro, todos esses com critérios de inclusão voltados ao público em situação de “vulnerabilidade social” e Programa Específico de Atenção Secundária – Programa Auxílio Monitoria, classificado dessa forma por não ser voltado diretamente aos (às) discentes em vulnerabilidade, apesar de envolver um auxílio financeiro. Para esse último, seleciona-se estudantes pelo nível de desempenho acadêmico, para atuarem como monitores de disciplinas.

Foi a partir do objetivo de pensar a Assistência Estudantil (AE) como agente executora do *Programa de Ações Educativas e Formação para a Cidadania*, que “[...] visa promover a discussão de temas transversais ao currículo escolar, com o objetivo de ampliar o arcabouço teórico dos discentes em temas relevantes para sua

educação e participação cidadã” (Ifes, 2011, p.18), que problematizamos a relação dessa Política com a concepção de cidadania.

Nota-se que na atualidade, a defesa da cidadania é pautada em muitos espaços, vindo muitas vezes como missão ou valores institucionais. A Educação tem sido posta como um dos maiores ambientes de potência para contribuir com a formação cidadã na sociedade. No entanto, sabemos também que no cotidiano escolar as concepções e defesas muito bem apresentadas nos documentos institucionais, podem ser interferidas e esvaziadas a partir das relações hierarquizantes da escola e da forte pressão de produtividade para atender a demanda do mercado de trabalho.

Nesse sentido, para pensar a Pae no âmbito do *Programa de Ações Educativas e Formação para a Cidadania*, temos por fundamental, problematizar a concepção de cidadania que o norteia, entretanto, não encontramos uma definição explícita de cidadania no referido Programa, o que nos provocou a pesquisa e a construção da análise exposta aqui.

Buscamos apresentar de forma dialógica o que prevê a Pae propriamente dita, o referencial teórico crítico estudado em relação a discussão da categoria da cidadania, em diálogo com os (as) discentes participantes da pesquisa do mestrado³, e, também com as reflexões que terá o (a) leitor(a) ao encontrar com esse texto. Vamos juntos (as)?

2 Formação para a cidadania na Assistência Estudantil do Ifes

Ivo Tonet (2005) em seu trabalho intitulado: *Educação, Cidadania e Emancipação Humana*, faz aprofundado estudo sobre essa relação comum estabelecida hoje entre Educação e cidadania. O autor ressalta três vertentes de discussões sobre esse termo: da tradição liberal, da esquerda democrática e da crítica marxiana.

Segundo ele, cidadania para a tradição liberal clássica tem como princípios básicos a igualdade e liberdade natural entre os homens, ou seja, nessa perspectiva,

³ Dandara, Edina, Antônia, Marielle, Conceição e Thaís (nomes fictícios) são 6 dos (as) 16 estudantes dos cursos de ensino médio integrado ao técnico que participaram da entrevista realizada para a pesquisa. Ao apresentar a voz dessas estudantes, optamos por demarcar em itálico o texto a fim de que ganhe destaque em relação às outras citações diretas.

todas as formas de desigualdades são processos naturais oriundos dessa característica da humanidade. Os conflitos e desigualdades seriam frutos dessa relação natural e o Estado interviria somente para evitar excessos nessas relações de desigualdades. Ressalta que a característica comum da teoria liberal de cidadania, é a defesa de que o sujeito individual é naturalmente egoísta, e que só teria sua relação social efetivada, enquanto sujeito da sociedade, através da mediação da sociedade jurídica política. Eis a perspectiva burguesa de cidadania. (Tonet, 2005).

Tonet (2005) também aborda a perspectiva que chamou de “esquerda democrática”. Os (as) autores (as) dessa vertente teriam em comum as ideias de que: a cidadania não é uma categoria que surge com a sociedade capitalista, que já existia na antiguidade e sociedades medievais; que a ideia de cidadania moderna, apesar de emergir na sociedade capitalista, não pode se resumir a ela; Ela incorpora os direitos civis, mas não se limita a eles, apenas e que uma cidadania plena chocar-se-ia com a sociedade capitalista, pois pressupõe liberdade humana numa sociedade sem classes sociais.

E por fim, o autor traz uma terceira análise, a qual chamou de “crítica marxiana da cidadania”. Para Karl Marx, a cidadania estaria ligada a uma perspectiva negativa da política, pois a política seria a expressão da alienação produzida pela sociedade capitalista e consistiria mais em eliminação de obstáculos do que acerca da construção de uma nova ordem societária.

Lembra que a sociedade capitalista exige que os indivíduos tenham determinadas capacidades de conhecimento e técnica, construídas de forma isolada e sob uma perspectiva de propriedade particular. Para a crítica marxiana, apesar da cidadania ser também resultado da luta da classe trabalhadora, antecede a isso o fato que a mesma só é questão dentro da sociabilidade capitalista. Para que a relação de compra e venda ocorra, é necessário que os indivíduos sejam tomados como livres e autônomos. Por conseguinte, é necessária a emancipação política.

O autor explica que para a crítica marxiana, sob a qual a emancipação humana pressupõe real liberdade do ser social em seu processo de criação e autocriação, seria um equívoco tratar a categoria de cidadania como em muitos documentos é tratada, como meio para a emancipação humana. Esta é inegavelmente

importante para a vida das pessoas dentro da sociedade capitalista, mas, teria o limite de no máximo significar a emancipação política do cidadão.

Behring (2021), em “*Fundo público, valor e política social*”, na mesma direção, ressalta que os direitos e políticas sociais se materializam no plano da cidadania burguesa e são atravessados pelo tempo histórico, pela geopolítica e pelos limites postos pela desigualdade do sistema capitalista. Demarca a contradição que há entre emancipação política e emancipação humana, e que a primeira, não seria uma etapa para a segunda, ela seria a condição da existência do homem burguês e da propriedade privada.

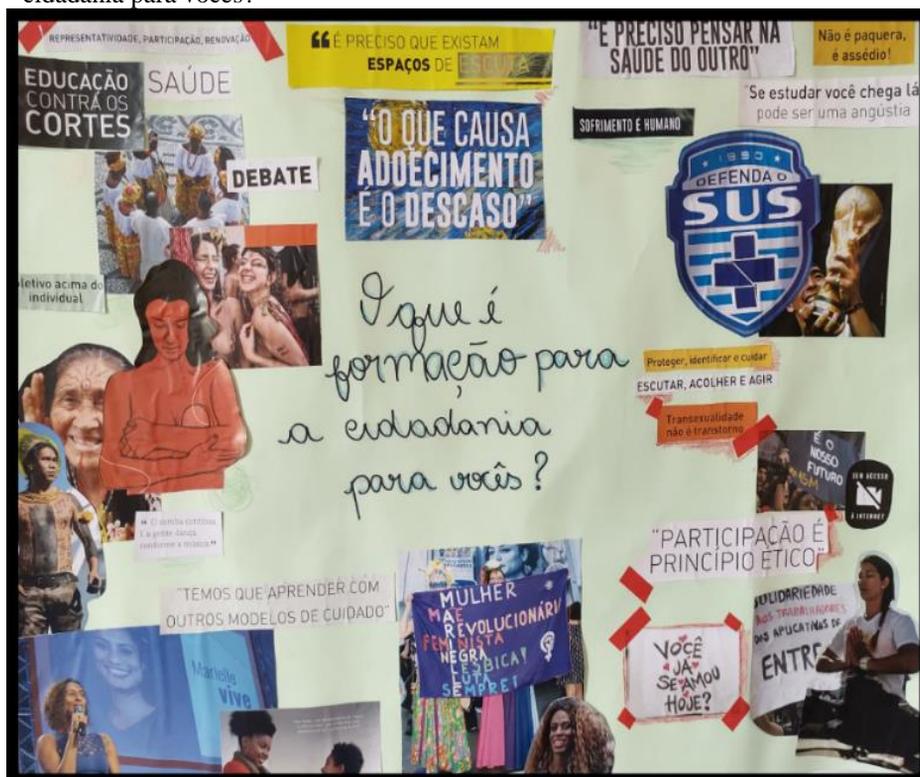
Boschetti (2016) em seu livro: “*Assistência Social, Trabalho e Capitalismo*”, também lembra que na relação do Estado Social com as políticas sociais e a garantia de direitos, o que se busca não é a emancipação humana, mas a manutenção da cidadania necessária à reprodução do sistema capitalista.

O que esses (as) três autores (as) abordam, não é a descartabilidade dos direitos sociais da cidadania burguesa, mas sim, a necessidade de entendermos que esses constituem o que reconhecemos como o processo em busca da emancipação política e não da emancipação humana. Isso se dá ao fato de que a emancipação humana, na perspectiva marxista, pressupõe a superação da sociedade de classes, uma vez que requer plena liberdade criativa da humanidade. Em consideração a isso, entendemos que o trabalho da cidadania por meio das ações da Política de Assistência Estudantil do Ifes, também estaria balizado pelos limites da emancipação política.

Compreendemos a Pae como uma política de Educação e, portanto, também uma política curricular. A escola é um dos espaços sociais de formação do sujeito, um espaço institucionalmente destinado a isso. O currículo, muito mais que um documento oficial ou um aglomerado de disciplinas, é movimento construtor do processo de educação e tem dinâmica viva ao se relacionar com os diversos sujeitos da mesma. Assim, quando pensamos em currículo escolar, estamos aqui reconhecendo na dinâmica do Instituto Federal, toda a sua variedade de níveis de ensino e modalidades, todos os sujeitos da comunidade acadêmica, toda diversidade de movimentos que perpassam o cotidiano nos *campi*, tal como o contexto histórico e social que os mesmos se inserem.

Durante a pesquisa com os (as) estudantes percebemos que ao falar de cidadania, os (as) mesmos (as) reconheciam essa categoria de forma ampla e como um campo de interação social. Apresentamos abaixo a manifestação visual elaborada pelo subgrupo que discutiu a questão “O que é formação para a cidadania para vocês?”

Figura 1 – Cartaz produzido para responder à pergunta: O que é formação para a cidadania para vocês?



Fonte: Brito (2023, p.120)

Quando observamos a apresentação visual acima, vimos muitas manifestações das relações sociais humanas: necessidade de cuidado com a saúde própria e do outro, adoecimento e saúde mental, necessidade de espaços de escuta e debate, de participação e protagonismo na representação da voz de resistência da vereadora Marielle Franco, denúncia de assédio, manifestações livres de corpos femininos, questões étnico raciais, chamada à coletividade, financiamento da política pública de Educação, solidariedade de classe, cultura da meritocracia na relação estudo/oportunidade de trabalho e seu potencial excludente e adoecedor, dentre outras.

Juntamente às falas abaixo citadas⁴, percebemos que para os (as) estudantes, cidadania seria “*tudo o que forma a gente como seres humanos*”. E ainda, um reconhecimento que a “cidadania” seria uma vivência que só é possível ser vivida na relação entre sujeito individual e sociedade.

Observemos:

A gente decidiu pegar o que faz parte da cidadania: a cultura, a educação, tudo que forma a gente, nós como seres humanos [...]. Tinha muitas formas de cidadão, não só a parte política que é o cidadão. Também a parte do ser humano de forma completa mesmo (Edina, 2022)

Porque cada pessoa que está inserida em sociedade, ou seja, todos nós, ...tudo que ela faz, tudo que ela pensa, tudo que ela expressa, tudo isso tem um valor...que é um valor que vai estar encaixado na sociedade para nosso crescimento como sociedade mesmo, como população, como um povo, como cultura de um povo. Então tudo que a gente faz aqui tem relevância e atinge diretamente o nosso povo e o que a gente constrói como idealização de um povo [...]. (Antônia, 2022)

Apesar da cidadania burguesa trazer consigo de forma subliminar uma ideia de conquista de direitos no âmbito individual do sujeito, várias falas dos (as) discentes durante o processo da pesquisa, problematizam a relação entre indivíduo e sociedade na discussão acerca da cidadania. Percebemos um momento em que os (as) estudantes ressaltaram essa cultura individualista que convivemos hoje, oriunda da perspectiva liberal, ou neoliberal, que atravessa a sociedade capitalista. Vejam o trecho do diálogo:

Parece que a pessoa não vive em sociedade, porque ela fica ali se preocupando só com ela mesma, sendo que a base da vida dela vai ser em sociedade, não importa o que ela for fazer no futuro [...]. E você consegue ver a diferença de que, não todo mundo gente, mas que são de escola particular que tá assim, tô nem aí, eu consigo pagar isso aqui mesmo [...]. (Marielle, 2022)

Mas a grande maioria do Brasil inteiro, acho que, o que? Se 20%, 30% do Brasil inteiro conseguiria pagar uma escola particular é muito [...]. (Dandara, 2022)

[...] É muito complicado...então tipo assim, é uma coisa que você tem que abrir o olho e tem que lutar junto. Não adianta você lutar só para aquilo que te convém, só para aquilo que vai te deixar confortável. Você vive em sociedade, você vive em várias estruturas diferentes, em várias pessoas diferentes e tem que estar sempre tentando um ato de ajudar essas outras pessoas e está a par dessas situações porque isso acaba afetando você de todo modo, mesmo se você não quer isso, vai acabar te afetando [...]. (Marielle, 2022)

⁴ Optamos aqui em trazer trechos do diálogo, pois para nós, a riqueza dessa exposição se materializa também no processo de diálogo entre os (as) discentes.

Eu acho que um dos maiores problemas da nossa geração, nossa geração não só as pessoas da minha faixa etária, mas também da situação atual que a gente tá vivendo é essa falta de querer entender né? Porque as pessoas não querem entender. [...] Porque as pessoas vivem dentro de suas próprias bolhas e elas não saem porque elas não querem [...] (Conceição, 2022)

O que acabamos de demonstrar é a expressão do processo de formação política de sujeitos criados em uma sociedade que reforça a cultura individualista nas relações humanas. Os (as) discentes apresentam em suas falas reflexões acerca da expressão dessa cultura em suas relações e suas tentativas enquanto sujeitos históricos de problematizar essa forma de se relacionar.

Percebemos, por exemplo, na primeira fala de Marielle (2022) a avaliação de que há uma falta de noção do ser particular enquanto ser social, enquanto ser que vive em sociedade, e também, uma consciência da estudante de que o que construímos hoje é um bem coletivo que se soma na riqueza socialmente produzida. Quando a mesma discente discorre sobre o acesso à educação privada para poucos e como isso impede que alguns (mas) colegas se preocupem com a Educação Pública, expressa a noção capitalista de poder de compra e de propriedade privada, que interfere na possibilidade do ser social superar sua condição de ser individual e se reconhecer enquanto classe social. E como Dandara (2022) ressalta, tal poder de compra é algo para poucos, não é algo geral da sociedade.

É sabido que para a perspectiva liberal, ser cidadão é ter direito a ter direitos. Afinal, precisava-se de uma forma para lidar com a sociedade de classes capitalistas, na qual só se é possível ter uma relação de compra e venda, fundamental a essa organização social, através de sujeitos “livres” com lugares sociais distintos. É nessa perspectiva que se cria o “salve-se quem puder” relatado pelos (as) discentes quando dizem da não consciência coletiva de alguns (mas) estudantes que não manifestam interesse pelos cortes na educação, pois teriam condições de pagar escola particular.

Em continuidade no diálogo, Conceição (2022) nos traz a noção de alienação do processo capitalista, expressa no que a estudante chama de “bolha” e de “não quer ver”. Na sociedade da meritocracia, o processo de alienação vivido acaba por gerar uma culpabilização moral dos (as) sujeitos (as) “egoístas” que não se importariam com as pautas coletivas ou com a vida do (a) outro (a).

A relação capitalista de compra e venda já é por si só uma relação de desigualdade, pois pressupõe uma discrepância entre o comprador (capitalista) e o vendedor (trabalhador). Sendo sua relação ontológica, é possível concluir que no cunho dessa sociedade não haveria a disseminação de uma possibilidade de criação de uma real comunidade humana livre de desigualdades. Para que a prerrogativa de compra e venda se sustente, é necessário a desvinculação do indivíduo com o gênero. É necessário que no processo de consciência não haja contato com o processo de trabalho em sua integralidade. É necessário o processo de alienação objetiva e subjetiva do humano. Atesta-se até onde pode ir a cidadania nesta sociedade. (Tonet, 2005).

Tonet (2005) faz uma brilhante explanação acerca da capacidade de generalização humana. Explica que as relações de criação e autocriação da humanidade através do trabalho como ação transformadora essencial, são relações ontológicas de objetividade e subjetividade, e que não é possível sobrepor as mesmas de uma forma ou de outra.

Lukács (1981) mostra que o que possibilita, em última análise, o distanciamento do homem de sua atividade imediata é a capacidade de generalização, cuja base se encontra na consciência. É por meio dela que o homem forma conceitos, através dos quais pode tornar a sua atividade cada vez mais ampla, tanto no sentido do indivíduo quanto do gênero. É também a capacidade de generalização que permite que a reprodução do ser social se caracterize como uma produção permanente do novo, e não como uma reposição do mesmo como no caso dos animais (Tonet, 2005, p.35).

É a capacidade de generalização humana da atividade trabalho, que nos faz sujeitos agentes de transformação. É ela quem, diferentemente dos animais, permite que nos relacionamos com a ação transformadora da natureza, o trabalho, como princípio educativo, pois em sua forma orgânica, não somos apenas agentes repetitivos de ações sem sentido. Nós pensamos nas ações antes e durante o processo de realizá-las.

Foi muito interessante a forma que Conceição relatou ter usado para discutir a questão sobre cidadania. Descrevemos um fragmento abaixo:

[...] eu conversei com as pessoas que estavam no meu grupo para que cada uma identificasse o que para ela era interessante numa formação cidadã. Então quando tem ali, quando fala sobre SUS, sobre Educação, sobre saúde mental, sobre pertencimento étnico racial, sobre gênero e sexualidade, sobre esporte, sobre a própria cultura...éh...cinema, música, samba...coisas assim...política, direito por exemplo, a ir em manifestações, de...ter voz né,

da própria democracia...uma coisa que pode parecer muito ampla, mas que quando a gente tenta entender os indivíduos enquanto pessoas únicas, cada um tem uma coisa importante para se tornar cidadão. Foi essa tentativa que a gente trouxe nesse cartaz, de entender né...a individualidade de cada um para ver assim, o que é importante pra gente enquanto cidadão. [...] Querendo ou não, isso constrói a gente, junto do que a gente aprende na escola, do que a gente aprende na vida com as pessoas que vão nos rondando...querendo ou não, família também é um âmbito muito grande, muito forte para moldar qual vai ser nossa cidadania...que cidadãos nós seremos né...então por isso da questão de vir do individual e ir pro coletivo numa tentativa de compreender as diversas experiências de vida de uma forma muito visual né, como foi feito [...]. (Conceição, 2022)

Conceição nos mostra o exercício reflexivo que fizeram para debater sobre cidadania enquanto categoria do âmbito coletivo e individual. A estudante demonstra que para eles (as), foi importante identificar questões individuais e também questões genéricas para debater o que seria cidadania. Demonstra que nessa análise estavam eles (as) imbuídos (as) de outras sistematizações de concepções e conhecimentos oriundas das relações humanas, como as forjadas dentro das famílias e convivência das diferentes realidades ali representadas pelos (as) estudantes participantes. Esse processo vivenciado por eles (as) demonstra uma contradição da sociabilidade capitalista, que para nós aparece como possibilidade de formação humana no sentido da emancipação: mesmo mergulhados (as) e interferidos (as) pela lógica liberal dos direitos sociais individuais e privatistas, os (as) discentes exercitam uma concepção de cidadania que perpassa pelo reconhecimento do que é socialmente produzido na humanidade.

Tonet (2005) ressalta que para Marx, analisar a relação do homem com o trabalho, em sua forma primeira, nos permite identificar que o humano é um ser social, pois graças a sua capacidade de generalização tem-se a formação de conceitos bases no processo de trabalho, sua ação através deles e sua transmissão a outros indivíduos, transformando os poderes individuais em poderes sociais.

É nesse sentido que Marx afirma que o homem é um ser genérico universal, pois o devir do indivíduo não se dá apenas, e nem principalmente, como um desdobramento de leis genéticas, mas implica, sobretudo a apropriação das objetivações que se tornaram patrimônio do gênero humano (Tonet, 2005, p.39).

Trouxemos essa discussão pois entendemos que ela nos é cara para compreender as contradições que perpassam os debates acerca da cidadania e para

especificar nossa discordância em relação à natureza egoísta do ser humano, conforme as teorias liberais disseminam.

Na conversa com os (as) participantes da pesquisa, percebemos também que os (as) mesmos (as) reconhecem que a formação para a cidadania é algo que se vive em todo percurso de vida e em diversas relações sociais e institucionais, com grande destaque para a escola e para a família, mas também interferida por artistas, colegas, movimentos culturais, conforme expresso nas falas abaixo e em outras já citadas:

Eu acho que formação para a cidadania ela vem desde a educação, desde as escolas, [...], dentro de uma escola em que você desde pequena é ensinado em um sistema. Um sistema que hoje a gente vê que não é um sistema muito eficaz, mas você é ensinado daquela forma, então eu acho que a cidadania vem daí, você é ensinado a ser...esses projetos que a gente faz por fora também te ensinam a ser cidadão [...]. (Dandara, 2022).

Desde quando a gente já nasce, a gente tá criando cidadãos. [...] claro que no começo vai ser muito baseado nos seus pais, você vai tá apegada ali, eles vão tá tipo fazendo uma cópiazinha deles, ... e, quanto mais você vai conhecendo outra pessoa, mais momentos que você tá passando, mais coisa que você aprende, acaba se moldando [...]. (Marielle, 2022)

Tudo influencia quando você vive... (Thaís, 2022)

[...] todo mundo começou de um jeito parecido, para no final a gente se interagir como cidadão e cidadã, como a população na sociedade [...]. (Taís, 2022)

Mészáros (2008) também aborda essa perspectiva ao trazer para sua discussão acerca da Educação uma concepção de Educação ampla, na qual reconhece que muitos de nossos processos de aprendizagem acontecem fora da escola. Vejam como ao descrever esses processos o autor tem manifestação que dialoga com as falas das estudantes:

Eles comportam tudo, desde o surgimento de nossas respostas críticas em relação ao ambiente material mais ou menos carente em nossa primeira infância, do nosso primeiro encontro com a poesia e a arte, passando por nossas diversas experiências de trabalho, sujeita a um escrutínio racional, feito por nós mesmos e pelas pessoas com quem as partilhamos e, claro, até o nosso envolvimento, de muitas diferentes maneiras e ao longo da vida, em conflitos e confrontos, inclusive as disputas morais, políticas e sociais dos nossos dias. Apenas uma pequena parte disso tudo está diretamente ligada à educação formal (Mészáros, 2008, p.53).

Portanto, entendemos que desenvolver ações da AE no âmbito do *Programa de Ações Educativas e de Formação para a Cidadania*, é um campo de possibilidades reconhecido e expresso nas falas dos (as) discentes, do autor e por nós,

mas é também um campo com limites, uma vez que concordamos que nossa formação política e humana, nossos processos de aprendizagem se dão em toda nossa vida. Nós, espaço escolar, e, por conseguinte AE, somos apenas um dos agentes formadores com esses sujeitos. Acentuamos, no processo de formação *com* eles (as), não para eles (as) ou sobre eles (as). Conforme os (as) discentes pontuaram, também são agentes de sua formação, vejam:

A gente escuta muito a palavra doutrinação, então isso não é doutrinação, aquilo que a gente estuda e escolhe usar aquilo como um pilar, como um fundamento dentro do nosso pensamento, da nossa personalidade não é doutrinação. A gente escolheu pensar aquilo. Fomos influenciados, como todos nós somos influenciados desde que a gente nasceu, seja a questão religiosa com os pais, com a escola, com tudo, somos influenciados. Mas o que a gente escolhe [...]. (Antônia, 2022)

E só também para lembrar que, a gente tava toda hora falando de ser influenciados, mas a gente também influencia muito, a gente vai aprendendo a gente vai sendo influenciado...no começo a gente vai ser influenciado pelo nossos pais, depois a gente vai influenciando eles em outras coisas [...]. (Marielle, 2022)

Notem a complexidade dessas duas falas. Mais uma vez, uma expressão das contradições da culturalização capitalista e da capacidade de *práxis* humana.

“Doutrinação” foi um termo que disseminou nos ataques à Educação, sobretudo a pública, realizado por agentes conservadores de extrema direita incomodados com a possibilidade de formação ampla e não moral-religiosa que responsabilmente é trabalhada na educação pública formal. Ações que disseminaram ataques à Educação enquanto agente formador público, ameaçando sua relativa autonomia e gerando agressões contra educadores em todo o país, numa chamada luta contra a doutrinação nas escolas, como por exemplo os projetos de leis alinhados ao movimento “Escola sem partido” que emergiram desde 2015 e os projetos de lei que se posicionam contra uma suposta prática de “ideologia de gênero” na Educação, amplamente proclamado nos últimos anos de governo fascista, do agora ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022).

É sobre esses movimentos que Antônia se refere, ao defender o lugar de sujeito histórico dos (as) discentes. Frigotto (2018) lembra que a autonomia é um elemento desejado na formação do ensino médio, para que o sujeito compreenda sua realidade social de forma crítica, enquanto sujeito “produto” de sua história, mas também enquanto “produtor” da mesma.

No mesmo sentido Tonet (2005, p. 37) diz que:

[...] a consciência não vem de fora – de um lugar transcendente – mas se cria, sobre uma base natural, no mesmo momento em que se cria uma realidade social objetiva. Subjetividade e objetividade são, pois, dois momentos em termos ontológicos – de igual estatuto. O que não os coloca em pé de igualdade quando se trata da questão do que é fundado e do que é fundante. Nesse momento a consciência encontra o seu campo de escolha delimitado pelas possibilidades postas objetivamente, assumindo, pois, o posto no momento fundado. Do mesmo modo, não os iguala, em termos de importância ao longo do processo de autoconstrução do ser social, pois a decisão, quanto a este aspecto, só pode ser abstraída da análise concreta de cada caso concreto.

O processo de consciência que permeia as ações educativas, é do e com o sujeito, em uma relação ontológica entre objetividade e subjetividade, dentro de seu processo histórico e social de criação e autocriação humana, é permeada pelas possibilidades e potências de cada processo, tal como pelos limites postos pela objetividade e subjetividade da sociabilidade capitalista. A nós, cabe tentar por meio das ações de trabalho da AE, contribuir para que os (as) estudantes, tenham acesso não só a condições materiais básicas para a permanência estudantil, mas também acesso ao conhecimento e leitura crítica de seus processos históricos, econômicos e sociais objetivos, tentando construir junto a eles (as) condições subjetivas e objetivas de um percurso de resistência e de transformação social.

Lembrem-se que,

[...] As relações da educação enquanto subsistema e o sistema maior são relações dinâmicas, contraditórias e não mecânicas. A educação reproduz a ideologia dominante, é certo, mas não faz apenas isto. Nem mesmo em sociedades altamente modernizadas, com classes dominantes realmente competentes e conscientes do papel da educação, ela é apenas reprodutora da ideologia daquelas classes. As contradições que caracterizam a sociedade como está sendo, penetram a intimidade das instituições pedagógicas em que a educação sistemática se está dando e alteram o seu papel ou o seu esforço reprodutor da ideologia dominante" (Freire, 2011, p.36).

Acreditamos que na Assistência Estudantil, temos como um dos fundamentos de trabalho, pensar essa “formação cidadã” proposta pelo Programa, seja qual for o tema discutido ou a atividade realizada, desenvolvendo um papel de construção, junto aos (às) discentes, de mediação dessas discussões, em suas expressões particulares, com a noção de ser social, ou de indivíduo enquanto gênero, como abordou Tonet (2005). E sob essa ótica, discutir sua “participação cidadã”, como prevê o Programa em seu objetivo. Usamos as palavras em aspas, pois o que queremos

demonstrar é que mesmo dentro da discussão limitada da cidadania burguesa, encontramos espaço com potencialidade de construção de trabalho em prol da formação unilateral enquanto perspectiva de formação humana.

3 Considerações finais

Compreendemos neste trabalho, que na execução da Política de Assistência Estudantil no Ifes encontramos com as demandas de intervenção, sobretudo a partir dos (as) estudantes enquanto indivíduos. Questões que geralmente são trazidas no âmbito limitado aos direitos sociais burgueses e a uma formação cidadã aliada à emancipação política.

Os (as) participantes da pesquisa ao pensar a formação cidadã, destacaram que entendem a pauta da cidadania como uma questão que perpassa toda a amplitude de suas vivências, numa interação entre indivíduo e sociedade, que é trabalhada em diversos espaços e contextos, não só na escola; e, quando na escola, também através de múltiplas possibilidades de atividades e espaços, sendo ações da AE uma delas. Ressaltaram serem sujeitos(as) influenciados(as) pelos seus contextos de vida, mas que também, a partir do acesso ao conhecimento, podem ser protagonistas na construção de sua formação cidadã, e se tornarem por sua vez, formadores.

Na AE, encontramos pleitos imediatos e, apesar de alguns limites já postos, temos possibilidades de trabalhar mediações sociais e coletivas a partir dessas demandas. Ações que possibilitem os (as) discentes ampliarem suas capacidades de compartilhamento do conhecimento socialmente produzido e neste percurso, estabelecer prática de cuidado a nível de Assistência Estudantil, trabalhar o acesso aos direitos sociais como questão coletiva e construir junto a eles (as) possibilidades de formação crítica em seu processo educativo, superando assim, uma certa superficialidade do que seria o acesso à Educação.

As relações sociais impostas pelo sistema capitalista colocam a escola na esfera da reprodução social para seu modo de produção. Portanto, falar de *Ações Educativas e Formação para a Cidadania*, significa dialogar dentro de uma perspectiva moldada pelas possibilidades e limites que lhes compete. Entretanto, reconhecemos também o espaço escolar como espaço contraditório e de disputas, no qual, a partir de

práticas educativas problematizadoras, podemos potencializar o processo de reflexão crítica dos sujeitos da escola, num caminho de construção de formação humana integral.

Referências

- BEHRING, Elaine Rossetti. Emancipação, revolução permanente e política social. In: BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo público, valor e política social**. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2021. p.249-270.
- BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.
- BRITO, Lívia Madeira. **A Política de Assistência Estudantil como prática educativa de formação humana integral: uma proposta para o Instituto Federal do Espírito Santo - Campus Aracruz**. Orientadora: Marize Souza Carvalho. 2022. 191 f. il. Projeto de Intervenção (Mestrado Profissional em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 51. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Contexto da problemática do objeto da pesquisa, objetivos, categorias de análise e procedimentos metodológicos. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018, p.17-35
- INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Plano de Desenvolvimento Institucional do Ifes (2019/02 a 2024/01)**. 2019. Disponível em: https://www.ifes.edu.br/images/stories/Res_CS_48_2019_-_PDI_-_Anexo.pdf . Acesso em: 31 jan. 2021.
- INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Resolução do Conselho Superior nº 19/2011, de 09 de maio de 2011**. Aprova a Política de Assistência Estudantil do Ifes. Vitória, ES: Conselho Superior, 2011. Disponível em: [Conheça a Política de Assistência Estudantil do Ifes](#). Acesso em: 24 mai. 2024.
- MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. 2 ed. Edufal. Ano: 2005. Disponível em <https://ivotonet.xp3.biz/livros.html> .